mentário previsto. Não vi isso. Há outros projetos que precisam de recursos da Casa Paulistana. Como está isso? **Sr. Abraão** - Sobre o orçamento do ano passado, este Conselho não teve informação alguma do que estava previsto no orçamento de 2014 para 2015. Isso foi tratado direto de secretaria para secretaria e com a secretaria de finanças, em relação ao FUNDURB. A outra situação é que agora, também, sobre o orçamento para 2016, não tivemos nenhuma informação. Vimos cobrando isso e não temos informação alguma. Hoje por exemplo temos outros projetos HIS que dependem da Casa Paulistana e também da CDHU e não vi esses novos projetos incluídos na apresentação. Por exemplo, um dos nossos projetos, que são vários, é o Alexios Jafet, que são mil, cento e quatro unidades, que está solicitando do Casa Paulistana um valor de R$ 22,080 milhões previstos de contrapartida. Não vimos isso na apresentação. Nesse orçamento de 2016, o que os senhores vão garantir principalmente para esses aportes HIS? Há uma necessidade da contrapartida e da ajuda da prefeitura para podermos viabilizar essas obras. Referente ao dinheiro que está sendo passado para a COHAB acho que vai haver um saldo de R$10 milhões para 2016. Seria importante podermos ter uma noção de com o que podemos contar e assegurar esses projetos que estão aqui. Falo em todas as associações, que há necessidade para podermos viabilizar algo em São Paulo, do aporte, tanto do Governo Municipal, quanto do Governo do Estado. Isso está previsto, está garantido? Porque o Alexios Jafet já fez a solicitação e não vi na planilha que foi apresentada. E o Alexios Jafet foi selecionado hoje, em Brasília. Agora está dependendo só do aporte da prefeitura para pôr o recurso lá, para iniciarmos a obra. **Sra. Edinalva** - Sobre a Conselheiro Carrão 202, estávamos com a reintegração para o dia 10 de outubro e foi feito um acordo aqui, na antiga gestão, de parcelar o valor da Conselheiro Carrão. Isso está mantido? A outra questão que queria saber também é sobre a questão da Marconi, se ela volta para o edital ou não. **Sra. Margareth** - Acho que seria importante termos um resumo do recurso, aonde ele foi e para que foi utilizado, o que já está comprometido, o que não está, o que temos agora e o que é o futuro. Acho que esse resuminho nos ajudaria um pouco a entender o que já temos comprometido e que está assegurado, está em andamento, de onde ele está saindo e para que é. E a programação do próximo. **Sr. Marco Antônio**– Como é a remuneração das gerenciadoras? Gostaria de saber se elas têm um percentual fixo sobre as obras ou se, quanto mais tempo à obra durar, elas têm uma remuneração mensal. Muitas vezes, a falta de dinheiro faz com que a obra dure muito tempo e aí perdemos a noção do quanto deveria ser a remuneração das gerenciadoras para as obras. E gostaríamos que tivéssemos acesso a um contrato da gerenciadora. **Sr. Marsura** - Temos algumas obras, que, com pouco dinheiro, conseguiríamos concluir e entregar. Temos empreendimento às vezes parado, obra parada, e que precisa de dinheiro. É claro que sei que a lei do Minha Casa Paulistana está meio restrita ao Minha Casa Minha Vida, mas, acho que até seja o momento de se estudar ampliar um pouco o escopo dessa lei, até porque, no governo do estado, não temos essa restrição. Não sei se é produtivo deixarmos uma obra grande parada que, com pouco recurso e pouco tempo, viabilizaríamos moradia, e utilizando esse mesmo recurso na compra de um terreno que sabe-se lá quando vai virar uma habitação. **Sr. Benedito** - Sempre defendemos a questão de ter um banco de terras. É fundamental essa estratégia de desapropriação, mas acho que também precisamos verificar o que dá para terminar e o que vai precisar ficar para a próxima gestão, e deixar encaminhado. Então, esse ponto do planejamento é fundamental. A outra questão é que aprovamos um orçamento de R$ 1,1 bilhão de reais para 2015 e não sabemos o que foi empenhado, o que foi gasto. Cadê o orçamento da Secretaria Municipal de Habitação? E temos uma preocupação muito grande porque dá a impressão de que o debate do orçamento não passa pela secretaria. Passa em outra instância. Fizemos um debate intenso aqui sobre o papel do Conselho na discussão do orçamento. É muito difícil debater orçamento no Conselho porque quer restringir para o Conselho apenas o debate daquilo que é do recurso do Fundo Municipal de Habitação, onde há muito pouco recurso; há recurso praticamente para pagar o Parceria Social e a gestão da COHAB, se houver. Queremos discutir o orçamento e não conseguimos avançar nisso. E precisamos saber por que a prefeitura vive falando que não tem dinheiro. O Fernando de Mello Franco, na reunião do Conselho Municipal de Política Urbana, disse que dinheiro não falta. Uma pessoa diz que dinheiro não falta e a outra diz que não tem dinheiro. Queria entender melhor essas questões. Outra questão é que aprovamos uma resolução, um voto no Conselho, de que parte desses recursos deveriam estar vinculados diretamente também às demandas do movimento. Há um voto em relação a isso para podermos ver também o que há. Claro que há que fazer uma média ponderada sobre os recursos, para termos recursos para atender às demandas específicas dos movimentos nesse curto período que falta, terminar as obras e verificar de fato o que há de orçamento para podermos gastar até o próximo período. **Sr. Tibiriçá** - Vamos disponibilizar o material apresentado aos senhores e poderão analisar com calma. Os dados solicitados, obra a obra, estão nessa apresentação, estão detalhados para onde foi, outubro, novembro e dezembro, para cada contrato. A apresentação se refere a uma prestação de contas dos recursos de 2015 do FUNDURB. Não entramos no mérito de 2016. O dinheiro retirado do Casa Paulistana para execução de obras foi uma necessidade da secretaria e em função também de não ter ainda sido contratado o Casa Paulistana oficialmente. Recebemos carta do Alexios Jafet, da Caixa, do Don José, do Domitila, para repasse de recursos, mas era uma decisão do Sr. Floriano não passar nada enquanto não estivessem 100% garantidos pelo Ministério das Cidades do aporte de recursos, para não ficar o dinheiro parado na Caixa. Então, o recurso é pouco e tínhamos que gerenciar da melhor forma. Para 2016, existe uma expectativa. O Sr. Floriano fez solicitações e o gabinete do prefeito está sabendo da necessidade para o ano que vem. Comprometeu-se a cuidar do assunto. Quanto à questão do gerenciamento, o gerenciamento técnico de projetos e obras é o que é realizado pelo Consórcio Domus e pelo Consórcio Bureau - Sistema Pri, para as obras da secretaria, fora a região de mananciais. Nesse caso não entrou dinheiro do FUNDURB. Então, esse gerenciamento, a Lei do FUNDURB exige o limite de 10% e o pessoal do FUNDURB é muito rigoroso para que não ultrapassemos esse limite. Os serviços de gerenciamento são medidos por homem hora. E nós, em função do pouco recurso, administramos: quando a obra está andando a todo vapor, há um engenheiro residente lá; quando a obra está devagar, vai passar duas horas por dia lá. Isso é gerenciado pelo gestor do contrato. Obviamente, quando os recursos estão menores, o gerenciamento fica em uma proporção maior. Por isso que agora ficamos perto dos 10%, porque os recursos para as obras foram muito pequenos agora, no final do ano. Então, é meio proporcional, porque há um custo fixo o gerenciamento técnico que é difícil mobilizar. Nesse final de ano, chegou tudo muito próximo dos 10%. Num ano de investimento médio, isso cai para 7%, mais ou menos. E, além disso, há os serviços técnicos especializados, que estão fora da conta dos 10%. Esses não são considerados gerenciamento técnico. São os serviços técnicos do social e de regularização fundiária, que a Núcleo exige, e da Iene, que faz o cadastramento. Então, esses recursos são utilizados para pagar esse gerenciamento, também com hora homem e tudo mais. O Conselheiro Carrão foi um acordo feito para pagamento em janeiro. Então, está contemplado no orçamento do ano que vem. Do Marconi, não sei dizer. **Sr. Mário** - Acho que o Conselho tem um papel importantíssimo de acompanhar a execução do orçamento e os investimentos. Vamos discutir o Plano Municipal de Habitação. O orçamento também tem diversas fontes: FMSAI; o FUNDURB; a própria previsão do Minha Casa Minha Vida, das contrapartidas, do Casa Paulistana; as transferências dos recursos da União para o PAC. Então, quando compomos aquele orçamento de R$ 1,2 bilhão, qual o maior problema? Temos várias transferências que não estão acontecendo. O orçamento é uma previsão de receita e aí, com base nessa previsão, estipulamos uma despesa. Se a receita não acontece, em cada uma dessas fontes, temos que ir reavaliando. Estou dizendo isso porque acho que aqui precisaríamos nos apropriar mais do que foi o orçamento entregue na câmara e ver como detalhamos o FUNDURB, o FMSAI, e o que está saindo de cada coisa. Do ponto de vista de orçamento municipal direto do Tesouro, realmente, temos quase que nenhum orçamento. No de 2016, inclusive, é recurso FMSAI, recurso FUNDURB e do Tesouro, quase zero, mas temos uma garantia um diálogo. Já começamos indo conversar com Finanças e dizendo: "O que foi para a câmara, precisamos conversar porque está faltando dinheiro do Casa Paulistana, está faltando recurso para mananciais, está faltando recursos para pagamento de despesas judiciais". Então, queremos fazer esse diálogo. Esse, de um lado. Do outro lado, estamos fazendo esse diálogo também com a própria equipe que está hoje aqui, o Tibiriçá, o Yazbek. Estamos levantando o que há de recursos, a previsão real de receita, do que teremos, com o cenário que estamos vivendo hoje, de dificuldade orçamentária, e refazendo um pouco o que é possível desenvolvermos concretamente de obras. Temos que entregar unidades! Essa tem que ser uma meta concreta deste governo, esse ano, porque aí reduzimos o custeio do Auxílio Aluguel e há mais recursos para investimento. Manter uma obra a ritmo lento gasta com canteiro, com gerenciamento técnico, com gerenciamento social. Não adianta ter, no recorte, o limite dos 10%, mas, se jogar no total da obra, se fizer em um ano, em dois ou em três, vai aumentar, obviamente, o gasto indireto com aquela obra. Então, temos que racionalizar a utilização desse recurso. Estou dizendo isso porque estamos fazendo um balanço para ver como ajustar o orçamento com essa realidade. Talvez seja importante suspendermos a execução de alguma obra do que ficar fingindo que estamos com cinco frentes de obra e nenhuma avançando. Poderíamos suspender a execução de algumas delas, por um período e, investir nas outras, para entregar as obras. Essa conta é o desafio que estamos tendo, a equipe que está e a equipe que chegou, num trabalho integrado, de fazermos um replanejamento. O orçamento está na câmara, vai ser aprovado, vamos ter esse orçamento, vamos saber o tamanho que temos e a nossa dificuldade e como vamos buscar recursos. A outra coisa é que temos que ver aonde vamos buscar receita para ampliar esse recurso, seja no orçamento municipal, seja no FMSAI, seja na Operação Urbana, como vamos potencializar, otimizar esses recursos que nós temos. Queremos concentrar esforços nessa direção, toda a equipe. Nosso objetivo central é realmente afinar e, ao mesmo tempo, buscar ter essa parceria com o Conselho, porque vamos ter que tomar decisões. Teremos que fazer essa gestão, dialogar muito com as demandas pontuais, com os movimentos. O fundamental é termos diálogo para saber o que vamos priorizar. Sobre o que a Sra. Débora disse, quero ver obra, quero ver o que está acontecendo e acho que o Conselho também tem esse direito. Vamos ver como podemos organizar algumas visitas. **Sr. Benedito** - É também fundamental que os senhores façam um diálogo com os subprefeitos, porque foi feita uma agenda com as subprefeituras e as subprefeituras, na ponta, sofrem muito com o processo porque lá estão as assessorias de habitação das subprefeituras e eles recebem diretamente demandas de habitação, de área de risco, de terreno que está sendo desapropriado. Acho que uma articulação com as subprefeituras, talvez uma reunião com todos os subprefeitos, para discutir esse problema e, inclusive, com a participação do Conselho, seria bastante importante, inclusive, com os assessores de habitação das subprefeituras. **Sr. Mário** - Perfeito. A questão da área de risco, por exemplo, se desmobilizamos uma área e ela é reocupada, o problema passa a ser da subprefeitura, que tem também dificuldade de estrutura. Então, temos que fazer esse diálogo e temos que fazer essa priorização com recorte territorial também. Temos que contemplar movimentos, demandas, regiões e vamos precisar muito do apoio dos senhores para essa definição. Queremos negociar essa definição. Não queremos que seja uma coisa imposta. E que levemos o critério técnico, por exemplo, de grau de risco e tudo isso. **Sr. Yazbek** - Quando falamos de desocupação e, depois, voltam a ocupar a área de risco, isso gera algumas situações pouco confortáveis para a Administração. Se já não temos recursos e temos que pagar multa porque não conseguimos viabilizar a desocupação para fazer a urbanização correspondente e fazer as obras de habitação, fica complicado. Então, os movimentos precisam nos ajudar a reverter esse quadro para podermos cumprir nossas responsabilidades. **Sr. Mário** - Item 4. (O Sr. Eduardo Vilella faz a apresentação dos investimentos realizados na área habitacional ao longo do exercício de 2015 com recursos do Fundo Municipal de Habitação e outras fontes de recursos até novembro de 2015). **Sr. Benedito** - Acho que nunca tivemos uma situação tão crítica na política habitacional no município de São Paulo como temos neste momento. Acreditava que, pelo menos, o Asdrúbal do Nascimento estaria com pintura externa. Pensei que estava pronto, que iria inaugurar. O secretário havia falado no começo sobre constituir um grupo de trabalho para trabalhar o Plano Municipal de Habitação e há um pedido insistente de vários grupos aqui para que constituamos uma comissão para concluir o trabalho do Locação Social. E também um grupo, nem que pequeno, entre governo, mas chamar uma reunião para revermos a Portaria nº131, porque ela é extremamente dura com as pessoas mais pobres, das favelas, e há um pedido generalizado para verificarmos essa portaria. **Sr. Abraão** - Onde ocorrem essas remoções, por falta de um congelamento daquele local, a área fica vazia e termina sendo ocupada novamente. E aí acho que só há uma forma: execução de obra. Quanto está previsto já para iniciar obras nesses locais onde não há esse congelamento, por exemplo? Há algo previsto, de imediato, para evitar essas multas e para que esse dinheiro se transforme em um caixa para o governo, para aquela secretaria? Quais seriam as medidas corretivas para se evitar as multas? E gostaria de saber por que a Caixa não assinou convênio de R$ 66 milhões previstos? O que aconteceu nesse intervalo? **Sr. Élcio** - No que diz respeito à proposta orçamentária, há um slide que me chamou a atenção, que diz que tem sido objeto de apontamento pelo Tribunal de Contas do município as seguintes despesas: pagamento de despesas de consumo de água, esgoto, energia elétrica, devidas pelos locatários nos empreendimentos de Locação Social. Queria entender um pouco isso e quanto isso representa em termos de despesa. **Sra. Denise** - O orçamento tem sido tratado como habitação de forma geral, onde lá congregam diversas fontes de recursos. Talvez uma informação que seria importante para um balanço seria a mesma situação apresentada no início deste ano, que foi o orçamento integral, aprovado na câmara, da forma como foi apresentado no início do ano e o que aconteceu. Porque aí podemos ter uma idéia do volume geral, quer dizer, quais recursos do governo do estado que estavam previstos e eventualmente não vieram, e qual impacto que gerou; quais os recursos do governo federal que eventualmente não vieram e que impacto causou; qual recurso do município que estava previsto e eventualmente também não veio e qual impactou causou no que estava previsto. Podemos fazer esse balanço e enviar, se for o caso, na próxima reunião. Só complementando a informação daquele valor de R$ 66 milhões, da Fonte 02, que entrou no orçamento, esse valor foi um equívoco de lançamento no orçamento de 2015. O recurso do Minha Casa Minha Vida não passa pelo orçamento municipal. O contrato não é feito pela prefeitura. É diferente do PAC. Os recursos do PAC, temos uma fonte 02, que define os recursos do PAC. Ele entra no município à medida que aprovamos as medições na Caixa. Foi um equívoco aquele valor lançado. **Sra. Cristina** - Essa questão dos R$ 66,450 milhões havia ocorrido também em 2013. Para executar qualquer despesa do orçamento, independente de o recurso vir de fora, precisamos prever a despesa. Foi entendimento do presidente da época que deveria colocar essa despesa no orçamento e que viria esse recurso para o Minha Casa Minha Vida – Entidades para ser executado no Fundo Municipal de Habitação. Para o orçamento de 2016, esse valor não está constando. Para responder à questão que foi feita com referência ao que foi apresentado na proposta orçamentária do Locação Social, quero reforçar uma recomendação que já venho fazendo nas reuniões da Comissão Executiva do Conselho. Temos casos de sucesso no Locação Social, por exemplo, a Vila dos Idosos. É um empreendimento que se auto mantém, é pago em dia. As despesas que eles têm são aportadas por eles mesmos, pela arrecadação do próprio condomínio e da taxa de manutenção. A resolução prevê que, no pagamento do Aluguel Social, sejam retirados 40% para retorno, 10% para condomínio, mais um percentual para formar um fundo de manutenção para, quando precisar fazer uma obra de emergência, uma obra extraordinária, que possa ser aportado pelo próprio condomínio, pela arrecadação do próprio Locação Social. O que acontece é que temos casos de alta inadimplência, superior a 50%. Não conseguimos cobrar porque o locatário original não é a pessoa que está lá. Não conseguimos retirar essas pessoas porque isso promove uma comoção muito grande e não temos para onde mandar essas pessoas. Existe outra resolução, a 33, que fala que, quando a arrecadação não é suficiente, o Fundo Municipal de Habitação tem que arcar com a despesa. Entretanto, o que o Fundo Municipal de Habitação está pagando na maioria do Locação Social? Está pagando consumo pessoal de água, de luz, de gás, reforma e reposição de equipamentos de segurança que foram retirados por vandalismo. Temos problemas de telhas quebradas, porta de elevador que é retirada, equipamento de segurança que é roubado. E estamos repondo. E o Tribunal tem apontado isso, que não é função do Fundo Municipal de Habitação. O Fundo, por força da Resolução nº 33, é obrigado a aportar àquele que está inadimplente. **Sra. Ana Maria** - Essa resolução que alterou a resolução inicial do Locação Social foi aprovada numa das reuniões do Conselho, no passado, acho que em 2010, por conta de que essas pessoas que lá moram não são na realidade mutuários. Elas são locatárias. Quem é dono desse patrimônio é o Fundo Municipal de Habitação. Se deixarmos essas pessoas sem água, sem luz, sem nada, elas vão questionar o Poder Público por isso. E existe uma regra estabelecida por resolução aprovada em Conselho. Para não fazermos mais isso, teríamos que tirar e mudar a resolução. **Sr. Geraldo** - Vamos ter que aumentar esse debate. Podemos até pautar a questão do Locação Social. **Sra. Margareth** - Já temos uma avaliação de que os grandes conjuntos habitacionais não deveriam estar como Locação Social, porque há um problema de gestão. Porque reuniu toda a vulnerabilidade com uma faixa de renda que não consegue sustentar o condomínio. Por mais que eles quisessem, não fecharia a conta. Então, acho que temos que rediscutir o formato, pensar como produzir os novos programas de Locação Social, e aí a questão do subsídio tem que existir. O Minha Casa Minha Vida tem o subsídio tão alto quanto. Outra questão é que vemos que há dívidas históricas que temos que conseguir acertar, pelo menos, nesse final de gestão. Por exemplo, Casarão do Carmo, algumas coisas que vem há mais de quatro gestões. Da mesma maneira, temos gastos no Olarias e no Gato. Mantemos coisas que não conseguimos resolver o problema. Então, é o mesmo paralelo do canteiro de obra aberto. Temos manutenção que consome um recurso muito alto do Fundo e que deveríamos dar uma solução. Acho que poderíamos colocar depois na ponta do lápis o que deveríamos priorizar e tentarmos sair desses problemas. **Sr. Geraldo** - Perfeito. Existe esse grupo que está discutindo e elaborando essa reestruturação, rediscussão do Programa de Locação Social. Acho que temos que trazer depois para fazermos um debate específico sobre esse tema, ao Conselho. **Sr. Yazbek** - Com relação à questão da manutenção desses conjuntos, temos casos de sucesso. O Vila dos Idosos. É absolutamente tranqüilo fazer a administração dele. No caso, por exemplo, que acabamos de entregar, no final do ano passado, do Palacete dos Artistas, não conseguimos até agora ter o AVCB. Ainda não se fez a vistoria para poder viabilizar os contratos com as pessoas que estão lá morando, para poder viabilizar os pagamentos. É uma questão que envolve também o poder público. No caso do Parque do Gato, vamos ter que nos debruçar, com muito cuidado, porque não é mais a mesma demanda. As pessoas que lá estão têm constantemente gerado problemas de administração daquele espaço. Temos que consertar bomba, porta de elevador. Então, há outras situações que têm que ser administradas. Não conseguimos viabilizar e não acho que seja só por conta da baixa remuneração das pessoas. Acho que aí há um problema que envolve outras circunstâncias que temos que administrar. Quando existe um projeto de reurbanização e há uma ocupação que não conseguimos tirar porque não temos onde colocar essa demanda que está lá, isso gera a inadimplência e gera também a multa. Vamos ter que apresentar, até começo de fevereiro, uma proposta para poder ver, num caso específico. Fui conversar com a promotora de habitação e ela aceitou a nossa argumentação para poder apresentar até fevereiro outro trajeto, outro caminho, para podermos tentar sair dessa penalização. **Sr. Geraldo** – Item 5. **Sra. Ana Maria** – Produzimos três editais na Comissão Eleitoral do CMH. O primeiro edital foi o de cadastramento dos representantes das entidades comunitárias e organizações populares ligadas à habitação. Esse edital foi publicado em 17 de novembro de 2015. As entidades interessadas em se cadastrar tinham um prazo até o dia 17 de dezembro para fazer esse cadastramento. E foi uma grande surpresa para nós, em nossa última reunião, quando vimos que só uma entidade havia entregado o envelope e estava interessada em participar do Conselho. Então, decidimos, a Comissão Eleitoral, fazer uma prorrogação no prazo desse edital. Não abrimos os envelopes. Eles estão na COPEL. Prorrogamos o prazo até 15 de janeiro de 2016. O outro edital é de cadastramento das entidades da Sociedade Civil, publicado no dia 9 de dezembro. O período também de inscrição das entidades é de 9 de dezembro a 15 de janeiro. Pretendemos fazer a abertura desses envelopes no dia 18 de janeiro de 2016. Temos, em paralelo, outra portaria que foi para formar uma Comissão Operacional e Logística para dar apoio à Comissão Eleitoral. No dia 25 de novembro, tivemos uma reunião com a Prodam e ela nos relatou que houve vários tipos de problemas na eleição do Conselho Tutelar, até falta de energia. Para a parte de implantação do sistema da Prodam, que deveria ser feito por ela, foi contratada outra empresa para fazer esse serviço. A Prodam elucidou todos os acontecimentos que envolveram a eleição do Conselho Tutelar. Demos a ela toda a orientação de como seria esse processo eleitoral, igual ao anterior, feito em 2014, só reforçando a eles que nessa eleição há algo de diferente, que é o Conselho ter, no mínimo, 50% de mulheres na titularidade dos seus representantes. Mas isso não vai interferir no processo eleitoral. Ele se modifica sim na forma de montar as chapas para concorrer. Então, quando as entidades forem montar suas chapas, acho que os senhores estão sendo orientados de como colocar, na ordem que seria a quota de 50% de mulheres. Foi colocada para eles a quantidade de locais de votação, que serão os mesmos da eleição passada, 58 locais de votação. O formato é por chapas. O cadastro dos eleitores, junto ao TRE, fizemos a solicitação pedindo corte em 31 de janeiro. Falta uma definição do governo se essa eleição acontecerá no dia 20 de março ou em data posterior, porque a Prodam também colocou como um ponto para ficarmos alerta a questão de que a nova eleição do Conselho Tutelar vai acontecer em meados de fevereiro. Se ocorrer algum problema de novo na eleição do Conselho Tutelar, os computadores ficam retidos. E aí não conseguimos utilizar todos os equipamentos de informática para essa outra eleição. Pedimos um parecer do Jurídico, de ATAJ, de qual seria a data máxima para realização de nossa eleição, tendo em vista que no ano que vem temos eleições majoritárias e vamos usar os próprios públicos. O parecer de ATAJ foi que até o final de abril poderíamos realizar essa eleição. A Prodam ficou de apresentar a proposta técnica, até 30 de dezembro. Aqui fizemos um resumo, que eu já disponibilizei para o secretário, colocando as atividades de cada um dessa Comissão de Apoio Logístico e o que cada um fez até o momento. O pessoal da COHAB ajudou bastante. Fizeram até a cotação dos lanches que deverão ser disponibilizados. Nós temos o sistema que foi criado pela COHAB para cadastrar os voluntários para trabalhar nessa eleição. Não colocamos no ar até agora para os funcionários se cadastrarem por causa da data da eleição, que não sabemos. Então, esta é uma pendência que existe por parte do governo. Temos um problema, sim, na publicidade dessas eleições. Sentimos que muitas pessoas podem não ter entregado o envelope, nem se cadastrado por falta de uma publicidade que deveria ter sido dada no site da secretaria. A eleição passada foi um sucesso graças às chamadas que se davam no site da secretaria, ao programa de mídia que era colocado e, agora, estamos sem uma ajuda da parte da assessoria de imprensa da secretaria. Já está previsto no orçamento o valor dos gastos com a Prodam, cerca de dois milhões e meio foi o que o pessoal de informática da COHAB previu que ia gastar. É um valor bem maior que eles previram do que o que foi no passado. A parte dos equipamentos também já está prevista e contemplada no orçamento. Enfim, os gastos básicos, todos que tivemos na eleição passada, estão previstos para o orçamento de 2016, com essa eleição. **Sr. Benedito** - Reitero isso que a Ana falou, do reforço da representação da quota de mulheres em todos os segmentos. Isso não é só para o segmento do movimento popular. O setor empresarial, o poder público, as ONGs, os setores de pesquisa da universidade. Todos devem se atentar ao decreto, que estabeleceu a quota de mulheres para os conselhos. Temos que reforçar isso porque isso gerou muito debate na Comissão Eleitoral. A Patrícia, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, está designada para monitorar todas as eleições da cidade, para garantir que essa quota seja efetivada. **Sra. Ana Maria** - Nos editais está escrito o número do decreto e ressaltamos os pontos que estão ali, que devem ser cumpridos. **Sr. Abraão** - Nós do Segmento Popular já tivemos problema e sempre temos com a Prodam. **Sra. Ana Maria** - Eles disseram que não tinham condições de fazer essa eleição nos moldes em que estava sendo proposto pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, porque a quantidade de locais de votação era trezentos e tantos. Eles não teriam equipamento, não teriam gente, não teriam nada. A contratação que foi feita pela Secretaria de Direitos Humanos com eles era só o sistema, para colocar o sistema. A Secretaria de Direitos Humanos optou por contratar outra empresa para fazer a segunda parte do serviço. E a Secretaria de Direitos Humanos assumiu isso. **Sr. Abraão** - Então, para essa próxima eleição, já prevendo essa possibilidade, esse calendário próximo ao Conselho Tutelar, temos que ficar atentos a isso porque depois pode ocorrer um deslize novamente. E também, outra colocação importante é que essa última eleição que houve agora, que foi o Conselho Participativo, a Prefeitura está há três semanas para fazer a apuração e até agora não concluíram. Estamos regredindo, indo para o passado, à cédula de papel. E hoje não temos condições de saber quem são nossos conselheiros participativos. E isso ocorre também nessa empresa, várias vezes. Temos que ficar atentos. **Sra. Felícia** - Antes de falarmos de quota, antes de falarmos de mais nada, temos que falar da responsabilidade e do compromisso, porque o tempo todo dizem que o Conselho é importante, que a participação popular é importante, e aí, quando é para participarmos, não vemos uma divulgação, não há um interesse, não existe uma vontade política, não vemos divulgação em lugar nenhum. E somos tratados com falta de respeito. Olha quanto tempo levamos para discutir o Conselho, para poder montar todo o processo e aí, quando é o dia da eleição, vemos tudo aquilo que aconteceu, vemos também que a secretaria não joga peso, não investe, porque foi divulgado nos últimos dias. Vemos muito pouco. Se queremos estar discutindo, se vamos trabalhar juntos, tem que haver interesse de ambas as partes, não só da sociedade civil. Acho que o governo precisa jogar mais peso, levar com mais seriedade, com mais responsabilidade a questão do Conselho. **Sra. Maria do Planalto** – Foi uma pouca vergonha a eleição do Conselho Tutelar. Cédulas de papel, caixas de sapatos furadas! Qualquer um enfiava a mão e tirava a cédula! Não tiveram competência ainda de apurar o que foi feito! Eleição do Conselho Participativo: outra vergonha para a prefeitura. Acho que, se não tomar cuidado, vergonha maior vai ser a do Conselho Municipal de Habitação. **Sr. Yazbek** - É bom recordar que no caso da eleição do Conselho de Habitação não houve problema. Foi conduzido adequadamente e vamos fazer a mesma coisa agora. Então, o procedimento é o mesmo. É a Prodam que vai dar todo o suporte. Estamos fazendo o mesmo procedimento que já foi feito, com o trabalho que já foi feito. Temos experiência acumulada e vamos resgatar e fazer agora, de novo. **Sr. Geraldo** - Estamos fazendo uma extensa pauta de reuniões com os movimentos e com as entidades. Está a Mara, aqui presente, junto com o Osmar, com a Verinha e com o Edmundo, que vão fazer toda a parte de acompanhamento e atendimento junto com os movimentos sociais. A mesma atenção que foi dada ao FAR, vamos dar, em dobro, ao FDS. Estamos organizando uma equipe para fazer todo o trabalho de acompanhamento e fortalecimento na questão dos projetos, dos chamamentos do FDS, para que os projetos aconteçam. Havia um cronograma que estava até para novembro, várias previsões de contratação de empreendimentos. E estamos tentando, no que cabe à COHAB – porque há coisas que dependem das entidades, dos movimentos – trazer essa agenda para o primeiro semestre. Estamos fazendo várias reuniões com a diretoria técnica para organizar e dinamizar esse trabalho de atendimento e de orientação, tanto das assessorias, quanto das entidades. Existe uma parte também que é de diálogo com as entidades e atendimento das demandas. Estamos dando uma especial atenção à regularização dos conjuntos da COHAB. Lógico que há questões que demandam obras e, dada à escassez de recursos, vamos ter dificuldades. Mas existem muitas situações que são intervenções mais simples e que estamos fazendo todo um levantamento para dinamizar isso, através do Departamento de Patrimônio e do Departamento Social. Outra linha também é a redefinição do papel da COHAB. Não dá mais para a COHAB ser a grande executora, a empreiteira da prefeitura. Então, temos que realinhar e trazer para este Conselho a redefinição e a rediscussão do papel da COHAB dentro da política municipal de habitação, a partir da própria discussão que vamos fazer do Plano Municipal de Habitação. A questão da recuperação de créditos é uma questão forte e o Sr. Yazbek está trabalhando fortemente nisso. E a questão do apoio e do fortalecimento do Programa de Locação Social, desse grupo está fazendo esse trabalho. Sobre as dívidas históricas, que foram levantadas aqui, dos mutirões, temos que fazer uma discussão disso. Muitas entidades estão pedindo para parcelar. E existem situações que não são tão complexas de resolver. Acho que é o que vamos conseguir também. Lógico que existem as questões que são operacionais, do dia a dia da COHAB, porque isso não para. Mas acho que são essas questões que, neste momento, são as principais prioridades que estamos conseguindo identificar. Item 6. **Sra. Ana Maria** - Propusemos este calendário para 2016. É um calendário de seis meses, por conta da data que vence a atual gestão do Conselho Municipal de Habitação, que termina em 14 de junho. Estamos propondo que a próxima reunião seja da Comissão Executiva, no dia 26 de janeiro; em fevereiro não termos reunião; em março, dia 24, do Conselhão, que chamamos o Conselho Pleno; em abril, outra reunião da Comissão Executiva, no dia 26, e, em maio, no dia 19, do Conselho Grande. **Sr. Benedito** – Queria propor que a reunião do Conselho fosse agendada para o dia 26, tendo em vista as questões que discutimos aqui. Ia propor que fosse uma reunião de um dia todo. Estou um pouco preocupado. **Sra. Ana Maria** - Vou dizer aos senhores por que não coloquei em fevereiro. No ano anterior, os senhores haviam pedido para ficar um mês sem reunião. Para nós não há problema colocar mais uma. Há uma proposta para, ao invés de ser da Comissão Executiva em janeiro, ser do Conselhão. Sempre fazemos as reuniões da Executiva às terças-feiras e as do Conselhão às quintas. Pergunto se, ao invés de ser no dia 26 de janeiro, não preferem que seja no dia 28 de janeiro. (Não há manifestação contrária) Então, ficamos com uma reunião no dia 28 de janeiro, do Conselho; uma, eu coloco em fevereiro, da Executiva; em março, se mantém; em abril, se mantém e, em maio, se mantém. Está bom para os senhores? (Todos concordam) **Sr. Geraldo** – Obrigado. (Encerra-se a reunião).

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 30 de janeiro de 2016 às 03:15:34.